

Universidade e desenvolvimento regional: análise das contribuições do campus IV da Universidade Estadual da Paraíba no município de Catolé do Rocha/PB

RESUMO

Danilo Cavalcante de Sousa Forte

cavalcanteforte@gmail.com

Universidade Estadual da Paraíba.
Campina Grande. Paraíba. Brasil.

José Luciano Albino Barbosa

lucianoalbino@suite.uepb.edu.br

Universidade Estadual da Paraíba.
Campina Grande. Paraíba. Brasil.

Com o processo de expansão e interiorização da Universidade Estadual da Paraíba, em 2004 é implantado o campus IV no município de Catolé do Rocha-PB, sertão paraibano, o que pressupõe em alterações na dinâmica urbana dessa localidade. Este artigo buscou estudar os aspectos socioeconômicos e culturais das contribuições do campus IV da Universidade Estadual da Paraíba no município de Catolé do Rocha/PB. A proposta metodológica envolveu a coleta de dados quantitativos e pesquisa de campo com lideranças políticas do município e acadêmicas da UEPB (qualitativa), por meio de entrevistas semiestruturadas, tendo como variáveis e eixos norteadores: relação entre a interiorização universitária e o desenvolvimento regional e percepção dos efeitos locais da interiorização universitária. O estudo revelou que o campus IV contribui, desde sua criação, para importantes transformações sociais e culturais, decorrentes das suas ações institucionais (ensino, pesquisa, extensão), além de impulsionar a economia com os recursos para pagamento de salários e manutenção do campus.

PALAVRAS-CHAVE: Universidades Estaduais, Interiorização Universitária, Desenvolvimento Regional, Sertão Paraibano.

1 INTRODUÇÃO

Na curta trajetória das universidades no Brasil ocorreram processos de intensificação da expansão em direção às regiões marginalizadas, principalmente, após o período de redemocratização ocorrida a partir da segunda metade da década de 1980 e, mais recentemente, a expansão das IES públicas nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil. Nesse panorama de expansão e interiorização se destaca o papel das universidades públicas, com ênfase para as estaduais, na formação profissional de pessoas e na geração do conhecimento, estando atualmente, segundo o censo da educação superior de 2019, concentradas majoritariamente em regiões interioranas.

O processo de expansão e interiorização da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) ocorreu de forma expressiva depois de conquistada a sua autonomia financeira, por meio da Lei Estadual nº 7.643 de 06 de agosto de 2004. A partir de então, teve seu maior processo de expansão. Passados 55 anos da sua fundação, encontra-se estruturada em 08 campi, distribuídos nos municípios de Campina Grande (sede da reitoria), Lagoa Seca, Guarabira, Catolé do Rocha, João Pessoa, Monteiro, Patos e Araruna, consideradas, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UEPB (2014-2022), como polos de desenvolvimento do Estado da Paraíba. Possui 52 cursos de graduação e forma mais de 2 mil profissionais a cada ano no Estado da Paraíba.

A partir de 2016, a UEPB vivenciou intenso retrocesso devido a redução dos repasses financeiros estabelecidos a partir do orçamento aprovado pela Lei Orçamentária Anual (LOA), por meio dos duodécimos, repassados pelo Governo da Paraíba, seu principal mantenedor. Esse momento inaugurou uma fase de dificuldades e comprometeu a manutenção de suas atividades institucionais e, conseqüentemente, o processo de interiorização.

Esta temática de estudo é relevante, tendo em vista a atual conjuntura de retração e desinvestimento no setor educacional público, em especial, no nível superior, o que evidencia um afastamento do Estado em relação à educação pública superior. Em um período mais recentemente, em nível federal, esse cenário pode ser visualizado com maior ênfase após as primeiras medidas do Governo Federal em 2019.

Em nível estadual, fruto desse processo, a UEPB vem vivenciando períodos de intensos embates entre a administração central, sindicatos, comunidade acadêmica e o Governo do Estado da Paraíba na luta pelo devido cumprimento da sua lei de autonomia universitária, aprovada em 2004. O congelamento de salários e progressões funcionais dos seus servidores acabou culminando em deflagrações de greves gerais e paralisações. Esse período é marcado pela redução da sua previsão orçamentária e conseqüente repasse dos seus duodécimos, o que compromete a manutenção das suas atividades administrativas e acadêmicas, o que acabou culminando no contingenciamento de despesas, conforme disposição na PORTARIA/UEPB/GR/246/2017 (UEPB, 2019).

Considerando as bases referenciais na literatura em que se estuda a contribuição desse processo de interiorização universitária para o desenvolvimento local/regional, percebem-se carências nos estudos relativos às IES estaduais, fato que sinaliza a necessidade de uma investigação sistemática e

em diferentes enfoques nas regiões que são contempladas por essa interiorização educacional de nível superior no estado da Paraíba.

A presente pesquisa se fundamenta na seguinte problemática: é possível afirmar que a criação do campus IV da UEPB, contribuiu para a dinamização do processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural no município de Catolé do Rocha/PB?

Considerando o exposto, o estudo tem como objetivo analisar as transformações socioeconômicas e culturais no município após a criação do campus IV, a partir da visão de lideranças políticas municipais e acadêmicas da UEPB, além de investigar as ações e as contribuições do campus IV no município em termos de recursos aplicados, formação de recursos humanos, ações de ensino, pesquisa e extensão.

O artigo é fruto dos dados parciais de uma pesquisa de conclusão de curso em nível de mestrado e encontra-se estruturada, além desta introdução, na contextualização teórica do tema, na qual abordam-se conceitos e discussões voltadas ao contexto da criação, expansão e relevância das universidades estaduais na perspectiva do desenvolvimento regional, além dos aspectos históricos que norteiam a criação da UEPB/campus IV. Na sequência, no quinto item, haverá uma descrição da metodologia utilizada na pesquisa, considerando seus objetivos e metas. No sexto item, apresentam-se os resultados e discussões da pesquisa, iniciando com a caracterização do município de Catolé do Rocha-PB, além da exposição dos resultados alcançados a partir dos dados coletados com as respectivas discussões. Finalizamos com as Considerações Finais acerca do tema.

2 AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS NO BRASIL E AS DO NORDESTE EM PARTICULAR

Com ênfase nesta seção para as universidades estaduais, é imperativo apresentar mesmo, que de forma sucinta, como se deu o surgimento dessas instituições de ensino superior (IES) no Brasil, retratando o contexto de sua criação, passando por um período de retração com as federalizações e, posteriormente, retomando sua expansão a partir da década 1980.

Para Andrade (2011), as universidades estaduais surgiram em épocas diferentes e com missões diferentes, variando desde a rede estadual paulista que precedeu as federais e surgiram em decorrência de um projeto vinculado à construção de instituições universitárias sólidas envolvidas na disputa hegemônica com o Estado Nacional varguista, até as redes estaduais nordestinas, mais voltadas para o atendimento às necessidades de formação de recursos humanos, com atividades universitárias menos complexas e mais focadas nas cidades do interior, até então não atendidas por outras instituições de ensino superior.

O processo de interiorização das IES que ocorreu em direção às chamadas cidades médias¹ e pequenas, consideradas como centros de referência social e econômica para os municípios do seu entorno. A presença desses Campi em

¹ Diante das inúmeras possibilidades de análise do conceito de cidades médias, Holanda (2018) argumenta que a cidade média no plano de escala compreende aquela cidade que não é uma metrópole nem uma cidade pequena, mas uma aglomeração urbana significativa em termos demográficos, em funcionalidade e em relação a sua região, expressando e gerando certo dinamismo econômico, social e político.

municípios de médio porte pode impactar de forma imediata e significativa não somente na vida cultural da população, mas, também, no comércio e nos serviços públicos locais (ARAÚJO, 2013).

No estudo da trajetória do segmento das universidades estaduais no Brasil percebe-se uma escassez de pesquisas que versam sobre a temática das universidades em seu conjunto, limitando-se aos estudos de iniciativas independentes, a exemplo da criação da USP em São Paulo e, mais recentemente, os estudos do impacto das universidades públicas estaduais na dinâmica da economia regional no estado do Paraná² em análises econométricas (efeito multiplicador) que evidenciam a relação positiva das universidades sobre o Índice de Desenvolvimento Municipal e sobre a criação de emprego e renda na região (ROLIM, SERRA 2007, 2009).

Em um dos poucos estudos numa visão mais abrangente, Sampaio, Balbachesky e Peñaloza (1998) sintetizam a trajetória do segmento das universidades estaduais, na qual se baseia em uma estrutura de heterogeneidade institucional que é a principal característica desse seguimento, ou seja, a existência de diferenças de perfil e projeto das universidades estaduais. Ainda assim, argumentam que a trajetória das universidades estaduais está imbricada na própria evolução do sistema de ensino superior do País, como também, a expansão ou diminuição do número de universidades estaduais está diretamente associada ao comportamento do segmento público federal. Nesse sentido, para os autores, no desenvolvimento do ensino superior brasileiro, desde o início do século XX, é possível identificar três momentos que marcaram a trajetória das universidades mantidas pelos estados da federação³.

A primeira fase da criação das universidades estaduais ocorreu no início do século XX e durou até 1946. Uma característica central nesse primeiro período são as iniciativas de grupos locais (lideranças políticas, intelectuais e representantes da sociedade) em parceria com alguns estados da Federação em criar suas próprias instituições universitárias, antecipando-se, dessa forma, à política do Governo Federal para a criação de uma universidade no Brasil. Até o final do século XIX predominavam instituições de ensino superior mantidas e supervisionadas pelo Governo Federal, contudo, a partir da década de 1930, ocorre uma mudança no cenário, aumentando o número de faculdades estaduais e particulares em resposta à demanda por ensino superior que aumentava desde a década de 1920⁴.

Sampaio, Balbachesky e Peñaloza (1998) argumentam que a legislação que regulamentava o ensino superior ao longo da década de 1930 foi pendular. Por um lado, parecia sinalizar para a organização de universidades regionais federais, de comum acordo com os governos estaduais, fundações privadas e Governo Federal (Decreto nº 19.851, de 1931). Por outro lado, na Constituição de 1934, os sistemas de ensino seriam de competência dos estados da Federação. Esses sistemas seriam compostos por institutos públicos ou particulares, coordenados pelos governos estaduais e a União atuaria apenas supletivamente, cooperando financeira e tecnicamente.

² O estado do Paraná conta atualmente com sete universidades estaduais, sendo o Estado com maior número de instituições no Brasil.

³ SAMPAIO, Helena; BALBACHESKY, Elisabeth; PEÑALOZA, Verónica. **Universidades Estaduais no Brasil: características institucionais**. São Paulo: NUPES/USP, 1998.

⁴ *Ibidem*.

Com a Constituição Federal de 1937 e mediante decretos de leis criados em 1938 (Decretos nº 305 e 421), o governo federal estabeleceu novas regulamentações para o ensino superior. A União manteria a instituição padrão por meio da Universidade do Brasil, criada em 1937, e transferiria as demais instituições para os Estados, mediante entendimentos e condições. A União comprometia-se, ainda, a cooperar, mediante repasse de recursos para a manutenção das instituições de ensino superior sob a coordenação dos governos de estado. No decorrer de pouco mais de vinte anos, foram criadas as seguintes instituições estaduais: Universidade de São Paulo, em 1934; Rio Grande do Sul, em 1934; Bahia e Pernambuco, ambas em 1946, estas últimas parcialmente mantidas pelo Governo Federal; Universidade do Paraná, em 1946, a despeito de ter sido criada em 1912; Paraíba, em 1955 e Juiz de Fora, em 1955, entidades estaduais que congregavam também instituições particulares⁵.

O segundo momento, compreende dos anos 1940 ao início dos anos 1960, tendo como característica principal a ocorrência de federalizações das universidades estaduais. Desde 1936, em obediência ao dispositivo constitucional (Constituição de 1934) já se cogitava pela federalização de universidades mediante a anexação de universidades estaduais e particulares. Com o período de democratização do país, em 1946, teve início um intenso movimento de federalização das instituições de ensino superior. Nesse contexto, observa-se, de acordo com a visão dos autores, que a participação das universidades estaduais no cenário nacional esteve vinculada ao comportamento do segmento público federal⁶.

Vale frisar que a federalização das IES estaduais ocorreu em um cenário de forte pressão dos movimentos de base estudantil que reivindicavam a ampliação das vagas e a gratuidade do ensino superior, como também com o apoio das categorias de professores e funcionários que pleiteavam o enquadramento no regime de servidores federais. Esse panorama pela federalização era também reforçado pela demonstração dos orçamentos escassos dos Governos de Estado, considerados, da perspectiva dos grupos locais, insuficientes para atender às necessidades de ampliação e/ou de consolidação das universidades (CUNHA, 1989).

O terceiro período da trajetória das universidades estaduais retratado por Sampaio, Balbachesky e Peñaloza (1998), a partir dos anos de 1980, é marcado pela intensificação da expansão do número de universidades estaduais em decorrência, sobretudo, da promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu o princípio da autonomia universitária. Em um período de dezesseis anos, entre 1980 e 1996, o número de universidades estaduais no País passou de nove para trinta e uma, o que representa um crescimento da ordem de 178%, superado apenas pelo crescimento do número de universidades privadas, que foi de 195%. Mesmo antes desse período, foram criadas as universidades estaduais paulistas (Universidade Estadual de Campinas, em 1976, e a Universidade Estadual Paulista, em 1976), as universidades do Paraná (Universidade Estadual de Londrina, em 1971; Universidade Estadual de Ponta Grossa, em 1973; e a Universidade Estadual de Maringá, em 1976) como também a Universidade Estadual do Ceará, em 1977.

Até se transformarem em universidades estaduais, mais de oitenta por cento das instituições eram estabelecimentos isolados ou federações de escolas ou escolas integradas e até mesmo instituições particulares, não sendo propostas e criadas como universidades. Ampliaram suas estruturas físicas e acadêmicas mediante processos de fusões e/ou incorporações de outras instituições. Em geral, foram raros os casos em que o crescimento da instituição com vistas a sua transformação em universidade tenha ocorrido de modo endógeno, ou seja, sem envolver outras instituições de ensino superior⁷.

A dinâmica mais recente da educação no Brasil é apresentada por Albino (2018), que argumenta que as definições políticas direcionaram a educação no Brasil para a especialização de tarefas. Os municípios passaram a atuar no ensino fundamental e na educação infantil, aos Estados e ao Distrito Federal foi direcionado o ensino médio e, à União, as escolas técnicas e às universidades públicas. Assim sendo, para a educação pública, o nível superior foi, de certo modo, excluído dos interesses e responsabilidades de estados e municípios. Esse movimento histórico inviabilizou experiências acadêmicas localizadas fora do sistema nacional devido à falta de recursos e de interesse político.

Assim sendo, as IES estaduais, em especial as da região Nordeste, possuem características particulares em detrimento das instituições de ensino superior tradicionais, tendo como característica peculiar um forte apelo ao atendimento dos anseios da sociedade por ensino superior, principalmente, devido à condição histórica pobreza e por poucas oportunidades para os jovens estudantes.

Em um panorama atual, a representatividade das instituições de ensino superior estaduais no Brasil pode ser apresentada no quantitativo das matrículas nos cursos de graduação presencial e a distância de acordo com a categoria administrativa, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019). Os dados evidenciam que do total de matrículas presenciais e a distância no ano de 2019 (8.603.824 milhões), 75%, 6.523.678 milhões, encontra-se ofertada pelas IES privadas, 16%, 1.335.254 milhões pelas IES Federais, 8%, 656.585 mil pelas IES Estaduais e 1%, 88.307 mil pelas IES municipais. Apesar do predomínio das matrículas ofertadas pela iniciativa privada, as IES estaduais demonstram importância relevante no quantitativo de matrículas na educação superior do País.

No que se tange à distribuição das matrículas em nível de graduação ofertado pelas IES estaduais nas regiões do Brasil, a Região Sudeste detém o predomínio com 46%, 299.880 mil, do total das matrículas. Destaca-se, que só o Estado de São Paulo abrange 76%, 228.054 mil, do total das matrículas da região, devido, em grande medida, a importância das suas IES estaduais USP, UNESP e UNICAMP, que são referências no país. O Nordeste é a segunda maior região em termos de matrículas, com 26%, 178.330 mil, do total. Esse dado mostra a importância das IES estaduais nessa região marcada historicamente por uma forte desigualdade e concentração de renda e baixo dinamismo econômico. Já nas demais regiões, o Sul detém 14% (90.873 mil) das matrículas, seguida das regiões Centro-oeste e Norte com 8% (49.414 mil) e 6%, (38.088mil) respectivamente.

Ao se deter apenas no quantitativo das universidades estaduais, os dados do INEP (2019) revelam que a maioria das suas sedes encontra-se localizadas nas

⁷ Ibidem.

regiões interioranas do país⁸. No Brasil, 55% das sedes das universidades encontram-se situadas no interior, com predominância nas regiões Centro-Oeste (100%), Sul (77,78%) e Nordeste (60%), já a região Norte do país detém 100% das suas universidades nas capitais, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Quantitativo de Universidades Estaduais no Brasil, por Região em 2019.

REGIÃO	Nº DE INSTITUIÇÕES	CAPITAL	%	INTERIOR	%
Brasil	40	18	45	22	55
Norte	5	5	100	0	0
Nordeste	15	6	40	9	60
Sudeste	8	5	62,50	3	37,50
Sul	9	2	22,22	7	77,78
Centro-oeste	3	0	0,00	3	100,00

Fonte: Dados do MEC/INEP (2019) elaborado pelo autor.

Na região Nordeste, além das capitais, as sedes das universidades estaduais encontram-se localizadas em importantes centros urbanos no interior dos estados, enquadrando-se entre os mais populosos em cada estado. Por exemplo, as cidades de Campina Grande na Paraíba (409.731 mil habitantes/ 2º mais populoso do estado); Vitória da Conquista na Bahia (338.480 mil habitantes/ 3º mais populoso); Mossoró no Rio Grande do Norte (297.378 mil habitantes/ 2º mais populoso); Imperatriz no Maranhão (258.682 mil habitantes/ 2º mais populoso); Arapiraca em Alagoas (231.747 mil/ 2º mais populoso); Sobral no Ceará (208.935 mil habitantes/ 5º mais populoso) e Ilhéus na Bahia⁹ (162.327 mil habitantes/ 8º mais populoso), conforme disposto na Tabela 2 (IBGE, 2019).

⁸ Os dados não levam em consideração a expansão das suas unidades/campi, o que denota a possibilidade de uma maior inserção em direção ao interior.

⁹ A UESC encontra-se localizada no Bairro de Salobrinho em Ilhéus/BA, divisa com a cidade de Itabuna/BA (213.223 mil habitantes/ 5º mais populoso da Bahia).

Tabela 2 - Universidades Estaduais do Nordeste em 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL	criação/ ESTADUALIZAÇÃO	SEDE
NORDESTE		
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)	1981	São Luis/MA
Universidade Estadual da Região do Tocantina do Maranhão (UEMASUL)	2016	Imperatriz/MA
Universidade Estadual do Piauí (UEPI)	1990	Teresina/PI
Universidade Estadual do Ceará (UECE)	1977	Fortaleza/CE
Universidade Vale do Acaraú (UVA)	1994	Sobral/CE
Universidade Regional do Cariri (URCA)	1986	Crato/CE
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)	1987	Mossoró/RN
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	1987	Campina Grande/PB
Universidade de Pernambuco (UPE)	1990	Recife/PE
Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)	1995	Arapiraca/AL
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL)	1974	Maceió/AL
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)	1980	Vitória da Conquista/BA
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)	1991	Ilhéus/Itabuna/BA
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)	1980	Feira de Santana/BA
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)	1983	Salvador/BA

Fonte: Elaboração própria (2020).

3 UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

As diferentes perspectivas acerca da compreensão da temática do desenvolvimento, anteriormente considerada como sinônimo de crescimento econômico foram ao longo da história um ponto de intenso debate e discordâncias entre grandes teóricos e estudiosos do desenvolvimento, cuja compreensão ainda não é consensual.

Vários são os autores que se debruçaram sobre a temática, dos clássicos das teorias do desenvolvimento econômico não se pode deixar de mencionar os renomados Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx, Joseph Schumpeter, John Keynes, entre outras contribuições. Os fatores que explicam ou justificam o conceito de "desenvolvimento" emergem em cada época ou contexto histórico (ENRÍQUEZ, 2010).

Nessa perspectiva, utilizando-se das definições mais recentes sobre desenvolvimento e, procurando realçar o papel desempenhado pela educação nesse processo, a teoria sobre desenvolvimento de Sen (2000) fundamenta-se a partir da expansão das capacitações humanas (desenvolvimento humano) das pessoas. Para ele, a vida humana é um conjunto de "fazer e ser", também chamado de "funcionamentos", estando a qualidade de vida das pessoas associada ao acesso à capacidade de elas funcionarem como seres humanos. Além de outros

direitos sociais, a educação gera instrumentos e capacidades para o exercício da autonomia e da liberdade, tirando o indivíduo da absoluta pobreza (SEN, 2000).

Nesse sentido, a educação para Sen (2000) possui relevância central para o desenvolvimento humano, dado seu papel transformador das capacidades, para o exercício da autonomia e da liberdade, devendo o Estado fortalecer e proteger políticas públicas que assegurem o seu direito. O crescimento econômico, não é um aspecto negligenciado, mas não pode ser considerado como um fim em si mesmo, e o desenvolvimento aconteceria com a “expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”.

A dimensão regional passa a ter uma importância capital na medida em que o ambiente regional/local é tão importante quanto à situação macroeconômica nacional na determinação da habilidade das empresas em competir numa economia globalizada, ou seja, a disponibilidade dos atributos regionais/locais (conhecimento, habilidades etc.) influirá fortemente na decisão locacional das empresas, o que faz das universidades regionalmente engajadas peças-chave das regiões onde estão inseridas (ROLIM; SERRA, 2009).

A importância da universidade no contexto da educação brasileira é evidenciada por Dias Sobrinho (2010), o qual destaca que de todas as instituições sociais e laicas no mundo ocidental, a universidade é a mais duradoura e contínua. Passados seus nove séculos de existência tem sobrevivido como instituição macrossocial imprescindível, fruto, em grande medida, de sua grande capacidade de preservar sua solidez estrutural e de se renovar continuamente.

Destaca-se, ainda, que esse êxito ao longo da sua história é devido a duas características antagônicas. Se por um lado, a universidade guarda uma forte tendência a resistir às mudanças e de assegurar a unidade, ao mesmo tempo, apresenta grande flexibilidade, capacidade de adaptação às demandas que vão surgindo, aberta à diversidade. Diante dos seus erros e falhas, a universidade tem sobrevivido a todas as mudanças sociais ao longo da sua história, com a enorme capacidade de se superar, de se adaptar, de se transformar e de pensar o futuro (DIAS SOBRINHO, 2010).

Conforme aponta Serra, Rolim e Bastos (2018), já existe um consenso formado pelos teóricos ao longo da história das universidades de que tais instituições contribuirão efetivamente para o desenvolvimento econômico das nações. Contudo, quando o foco é a dimensão regional, em que a preocupação é relativamente recente, necessita de um novo olhar no que concerne aos sistemas de inovação, à competitividade e, sobretudo, à inserção das universidades nesta nova dinâmica, na qual as regiões passaram a ser consideradas de vital importância para a promoção do crescimento e do desenvolvimento econômico.

Segundo Rolim e Serra (2009), o papel da universidade no desenvolvimento regional vem recebendo atenção crescente nos últimos anos, sendo considerado como elemento-chave deste processo. Para os autores, as IES têm um forte impacto no processo de desenvolvimento regional à medida que estabelecem vínculos e compromissos e estão voltadas para a superação das questões da região em que estão inseridas.

Segundo Alvarez et al. (2013), o propósito da universidade é combinar suas funções de ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento econômico, tanto para a formação de pessoal qualificado a ser contratado pelo setor produtivo

quanto para a pesquisa científica, que se entende como informação científico-tecnológica. Como tais instituições estão inseridas em uma região são, também, agentes no desenvolvimento regional, desde que compreendam e estejam inseridas e alinhadas a essas demandas.

A universidade é considerada como um fator ativo para o desenvolvimento regional em diversos aspectos. No curto prazo, podem ser destacados os impactos econômico-financeiros da universidade pública, enquanto fonte de renda para a economia da região: prestação de serviços diversos; geração de empregos diretos e indiretos; investimentos em obras e equipamentos; aquisições de bens e contratações de serviços das empresas locais; recolhimento de tributos; gastos dos discentes e visitantes oriundos de outras localidades; e demais despesas de custeio e investimento necessários ao seu funcionamento (BOVO, 1999; LOPES, 2003; ROLIM; SERRA, 2009, 2009b).

Já no longo prazo, espera-se alguma contribuição da universidade pública à criação de condições favoráveis ao desenvolvimento de ambientes propícios à inovação, bem como à existência de externalidades positivas resultantes da sua presença física, como a ambiência para viabilização de programas e projetos públicos de interesse social, econômico e cultural; e a atração de investimentos produtivos de natureza diversa, além de famílias e indivíduos (BOVO, 1999; LOPES, 2003; ROLIM; SERRA, 2009, 2009b).

Do ponto de vista socioeconômico, por meio de intervenções diretas e indiretas sobre o meio, espera-se que as universidades públicas sejam capazes de refletir sua importância e contribuir para o desenvolvimento, cidadania e melhoria da qualidade de vida, dentre outros aspectos (OLIVEIRA, 2014).

Em relação às contribuições da universidade ao desenvolvimento regional, é destacada por Diniz e Vieira (2015) que o recente processo de crescimento e desconcentração espacial da educação superior em favor das regiões periféricas, atua como uma força centrífuga “contra-arrestante” às tendências concentradoras majoritárias, ao criar condições promissoras para que sejam estabelecidas ligações à jusante entre as instituições universitárias e seu entorno local. Tal situação torna essas áreas geográficas mais atrativas ao investimento produtivo e, sobretudo, propiciando circunstâncias bem mais favoráveis à disseminação do conhecimento científico e tecnológico e à fixação de canais e conexões mais intensas entre a ciência e a produção. Desse modo, são estabelecidas circunstâncias favoráveis ao ulterior desenvolvimento dessas regiões periféricas.

Vila (2018) argumenta que a contribuição efetiva das universidades no desenvolvimento econômico regional depende do capital humano e do progresso tecnológico que atenda corretamente às características do sistema de produção existente. Assim sendo, a utilidade social das universidades depende tanto das capacidades e habilidades dos seus formandos como de que os conhecimentos e inovações possibilitadas pela pesquisa científica sejam úteis e aplicáveis, a curto prazo, nas empresas e organizações da sociedade que operam dentro do quadro geográfico, estrutural e institucional da área socioeconômica e territorial específica escolhida como objeto da análise.

De forma geral, a presente pesquisa partiu da concepção de desenvolvimento pautado em compreensões mútuas em que abarcam características tanto do crescimento econômico, quanto dos aspectos socioculturais do município de Catolé do Rocha/PB, em uma perspectiva de análise das possíveis contribuições

em que a universidade esteve presente, não esquecendo, das suas relações políticas presentes desde a sua criação. Ademais, entende-se que um possível processo de desenvolvimento local ou regional deve levar em consideração o ambiente específico de estudo e contar com a junção de diversos fatores em sua compreensão.

4 A UEPB E O CAMPUS IV: CONTORNOS DE SUA CRIAÇÃO AOS DIAS ATUAIS

A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) nasceu no município de Campina Grande (sede), interior paraibano, sendo a segunda maior cidade do Estado da Paraíba, com 409.731 habitantes (estimativa para 2019), detém o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) no Estado (8,37 Bilhões em 2018), ficando atrás apenas para a capital João Pessoa (18,71 Bilhões). Foi na década de 1960 que Campina Grande tornou-se um dos maiores centros comerciais do Nordeste graças à sua atividade comercial (boi, sisal e algodão), perdendo, apenas, para as três capitais da região: Fortaleza, Recife e Salvador.

É nesta cidade que em 1966 nasce a Universidade Regional do Nordeste (URNE) e que posteriormente se tornava a UEPB e que já se estende para outras regiões do Estado (MELO, 2003). O contexto histórico do surgimento e expansão da UEPB, foco do presente estudo, teve o seu nascedouro com a Universidade Regional do Nordeste (URNE). Esta, que ao longo da sua trajetória sofreu com a forte pressão por sua federalização.

O processo de tomada de consciência da necessidade de uma universidade em Campina Grande tem o papel decisivo com a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT), criada em 1957, pelo Poder Público Municipal que, dentre outros objetivos, tinha a finalidade de promover pesquisas e trabalhos científicos e auxiliar na manutenção e no desenvolvimento de instituições de grau superior ou instituições complementares. É a partir daí, que todo o acervo da FUNDACT é doada para a constituição do patrimônio da Fundação Universidade Regional do Nordeste, realizada em 11 de abril de 1966, um ato proferido pelo seu então presidente Edvaldo de Souza do Ó (MELO, 2003). No dia 15 de março de 1966, o prefeito de Campina Grande, Willians Arruda, sanciona a Lei nº 23 que cria a Universidade Regional do Nordeste (DA SILVA, 1996).

A URNE foi criada com uma proposta de identificação com as aspirações do Nordeste e nasceu em um contexto histórico que segundo Da Silva (1996, p. 47) era:

Carregado de agitação e de contagiante expectativa como foi aquele que dominava o cenário brasileiro no início da década de 60. Misturavam-se as lutas pelas chamadas “reformas de base” com o indisfarçável otimismo da era “Juscelino Kubitschek”. A SUDENE despontava como uma nova esperança para a Região. A URNE foi, então, projetada no meio desse clima de anseios em torno da redenção do Nordeste.

Vale destacar, também, como forma de escapar das crises financeiras vivenciadas pela URNE, a sua federalização sempre foi perseguida por seus reitores, professores, funcionários, estudantes e pela comunidade campinense. As principais tentativas ocorreram nos anos de 1967, 1977, 1981 e 1986. Contudo,

após várias tentativas frustradas, o que ocorreu na verdade, foi sua estadualização, criando-se a UEPB (MELO, 2003). As crises vivenciadas pela instituição acabaram, por inúmeras vezes, ocasionando sucessivos aumentos nas mensalidades dos estudantes (parte das receitas da Instituição), o que provocava um alto índice de inadimplência e evasão escolar (PORFÍRIO, 2007).

Em 11 de outubro de 1987 foi sancionado pelo Governador Tarcísio Miranda Burity (PMDB) a Lei Estadual nº 4.977, criando a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), na condição de autarquia vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, e autorizada a receber todo o patrimônio, os direitos, as competências, as atribuições e as responsabilidades da Universidade Regional do Nordeste, em Campina Grande/PB, e do Colégio Agrícola Assis Chateaubriand, em Lagoa Seca/PB (UEPB, 2019). Destaca-se também que o processo de estadualização foi uma promessa de campanha nas eleições de 1986 proferida por Burity e contou com o apoio do prefeito de Campina Grande, Ronaldo Cunha Lima (PMDB), que nas palavras do Reitor Sebastião Vieira (1987) “foi outro baluarte” no processo de estadualização (PORFÍRIO, 2007).

O período da sua estadualização ocorreu após o início do processo de redemocratização nacional (pós-ditadura), em meio ao debate da assembleia nacional constituinte, que deu origem a Constituição Federal 1988. Conforme expõe Albino (2018, p. 13):

A Universidade Estadual da Paraíba é um dos frutos da redemocratização do Brasil. Não foi a ação de um ou outro reitor ou governador, mas do conjunto de relações sociais que se desenharam a partir da luta contra o Golpe, principalmente com as campanhas pela Anistia, “Diretas Já” e, finalmente, com fim do Governo militar. Sua inspiração, como URNe, foi o de democracia e expectativas em relação a Campina Grande e ao Brasil, principalmente com as Reformas dos governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart nos anos de 1950 e início da década de 1960. Agora, vinte anos depois, redefine-se como UEPB. Novamente, filha e resultado democrático.

Melo (2003) argumenta que ao contrário do que se esperava após a estadualização, a Instituição não se deparou com uma situação financeira favorável, apesar disso, se apresentou bem mais apropriada do que à época da FURNE. Mesmo diante desse cenário, a UEPB deu início ao processo de expansão, começando pela região do Brejo paraibano, com a Lei Estadual nº 4.978, sancionada em 27 de novembro de 1987, que autorizou o Governo do Estado a receber e transferir para a UEPB a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarabira - FAFIG, em funcionamento desde o ano de 1966, e que veio a se tornar o Centro de Humanidades (CH). Em 1990, a expansão alcançou o Sertão, quando a Escola Agrotécnica do Cajueiro, em Catolé do Rocha, também foi integrada à UEPB, que passou, efetivamente, no âmbito estadual, a atuar como Instituição de Ensino Superior (IES) com uma estrutura multicampi (UEPB, 2019).

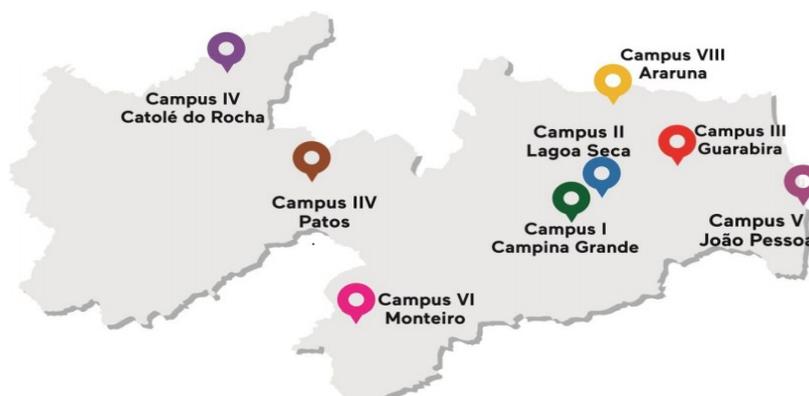
Passados 30 anos da criação da URNE/UEPB é que a Instituição foi reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), ocorrido em novembro de 1996, passando, nesse sentido, a ter o status de Universidade. O processo de expansão foi intensificado a partir de 2004, com a criação do Centro de Ciências Humanas e Agrárias (Campus IV), com os cursos de Licenciatura em Letras e em Ciências

Agrárias, no município Catolé do Rocha, objeto da pesquisa em questão (UEPB, 2019).

Um marco na história da UEPB foi à conquista da sua autonomia financeira em 06 de agosto de 2004, por meio da Lei Estadual nº 7.643 promulgada pelo governador Cassio Cunha Lima (PSDB), e que passou a vigorar no ano de 2005. Essa lei estabeleceu critérios para o financiamento da instituição em termos de vinculação da receita do estado ao orçamento anual da UEPB. Essa situação proporcionou uma forte transformação político-institucional na instituição.

Com a Lei de autonomia financeira percebe-se um terceiro momento de expansão na UEPB, além do crescimento e fortalecimento em todas as suas áreas de atuação (figura 1). Foram criados os campi de João Pessoa (Campus V), com os cursos de Biologia, Relações Internacionais e Arquivologia; Monteiro (Campus VI), com os cursos de Licenciatura em Matemática, Letras Espanhol e Português e Ciências Contábeis; e Patos (Campus VII), com os cursos de Licenciatura em Computação, Licenciatura em Ciências Exatas e Administração e Araruna (Campus VIII), com os cursos de Engenharia Civil, Odontologia e Licenciatura em Ciências da Natureza, Figura 1.

Figura 1 - Campus da Universidade Estadual da Paraíba em 2020.



Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional da UEPB (2014-2022).

É de se observar, que na trajetória da criação e institucionalização da UEPB o impacto das decisões e circunstâncias políticas que possibilitaram o seu fortalecimento e a sua expansão, favorecendo, assim, sua interiorização para outras regiões da Paraíba. Com a expansão da UEPB vários municípios do Estado da Paraíba puderam formar seus profissionais para atuar no campo técnico-científico das diferentes áreas, sem, contudo, ter a necessidade de se deslocar para os grandes centros, além de influenciar no enfrentamento da problemática socioeconômica regional. Corroborando com tal assertiva, Albino (2018) afirma que a UEPB possui algumas vocações, entre elas: formar pobres, filhos de trabalhadores e trabalhadoras do campo e de pequenos municípios do interior do Nordeste, com forte participação na economia do estado da Paraíba.

O foco da pesquisa foi o Centro de Ciências Humanas e Agrárias (CCHA), Campus IV, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), localizado na zona rural do município de Catolé do Rocha/PB, sertão paraibano, Atualmente, conta com uma área edificada de 6.314,61 m² onde são oferecidos os Cursos de Licenciatura em Agronomia e Letras (modalidade presencial), os cursos de Bacharelado em

Geografia e em Administração Pública (modalidade à distância), Pedagogia, vinculado ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) do MEC, e um curso de Especialização em Educação. Em junho de 2019, foi aprovado por meio da Resolução do Conselho Superior Universitário da UEPB, nº 285 de 2019, a criação do Curso de Bacharelado em Agronomia em Catolé do Rocha (campus IV), em substituição ao curso de Ciências Agrárias (UEPB, 2019).

5 METODOLOGIA

Do ponto de vista de sua metodologia, a pesquisa foi do tipo descritiva-exploratória. A pesquisa exploratória possui planejamento flexível, o que permite o estudo do tema em diversos ângulos e aspectos. É descritiva, uma vez que visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, inicialmente, procedeu-se com um levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos em periódicos, banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), publicações técnicas e estatísticas oficiais na literatura com objetivo de investigar a trajetória em que se deu o surgimento e a expansão das primeiras universidades no Brasil, bem como o contexto das universidades estaduais, em especial, com foco na Universidade Estadual da Paraíba e do município estudado. Ademais, foram analisados documentos legais e normativos do estado da Paraíba, da UEPB (administração central) e do Campus IV em Catolé do Rocha/PB.

Quanto aos dados primários, a dissertação se utilizou de métodos qualitativos com objetivo de subsidiar as percepções e concepções das lideranças políticas municipais/estaduais e acadêmicas da UEPB, com o intuito de investigar as possíveis alterações na dinâmica socioeconômica e cultural de Catolé do Rocha/PB após a implantação do campus IV da UEPB.

Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas de caráter não aleatório, ou seja, na seleção dos entrevistados foram utilizados critérios não probabilísticos para a inclusão dos indivíduos. O principal critério adotado foi o da visibilidade e/ou do envolvimento desses atores na criação do campus da IV da UEPB, como também à disponibilidade e as condições de acesso do pesquisador aos atores institucionais e não institucionais.

Foi preservado o anonimato dos entrevistados com o intuito de evitar possíveis constrangimentos e autopromoção, uma vez que a amostra é constituída por figuras políticas em nível municipal e estadual. Para tanto, os entrevistados foram identificados de acordo com o grau de atuação em cada grupo de entrevistados, conforme disposto na Tabela 3. Ademais, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética da UEPB, por meio da Plataforma Brasil, de acordo com o Parecer Consubstanciado da Comissão de Ética e Pesquisa nº 3.790.115.

Tabela 3 - Informações gerais das entrevistas.

Grupo	Entrevistado	Local	Data	Duração
Lideranças acadêmicas	Liderança acadêmica institucional (LAI)	Campina Grande	12/12/2019	17'53"
	Liderança acadêmica sindical (LAS)	Campina Grande	12/12/2019	31'05"
	Liderança acadêmica local 1 (LAL1)	Catolé do Rocha	26/12/2019	26'12"
	Liderança acadêmica local 2 (LAL2)	Catolé do Rocha	27/12/2019	23'40"
Lideranças Políticas	Liderança política municipal 1 (LPM1)	Catolé do Rocha	26/12/2019	11'47"
	Liderança política municipal 2 (LPM2)	Catolé do Rocha	26/12/2019	30'50"
	Liderança política municipal e estadual (LPME)	João Pessoa	17/01/2020	27'29"

Fonte: Elaboração pelo autor (2020).

Quanto à técnica de tratamento dos dados primários, foi realizada a transcrição do material coletado estabelecendo categorias para sua interpretação, respeitando um roteiro pré-estabelecido. Quanto as variáveis estudadas, as entrevistas semiestruturadas encontram-se estruturadas em dois eixos norteadores:

1) relação entre a interiorização universitária e o desenvolvimento regional:

O propósito dessa variável de estudo foi coletar informações a respeito da visão dos atores sobre a relação entre a interiorização universitária e o desenvolvimento de uma região. De maneira geral, os entrevistados ficaram livres para selecionar de qual tipo de desenvolvimento estava se falando (econômico, social, cultural, relativos à sustentabilidade), ou a determinação de uma conjunção de efeitos para caracterizar sua concepção de desenvolvimento regional.

2) percepções dos efeitos locais da interiorização universitária:

A questão norteadora para levantamento dessa variável foi: qual a sua percepção das possíveis alterações sociais, culturais e econômicas ocorridas após a implantação do CCHA (Campus IV) no município de Catolé do Rocha? A proposta dessa variável teve o objetivo de verificar, de maneira geral, como os entrevistados percebem as alterações na dinâmica do município e qual aspecto ou alteração teve maior ou menor influência.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essencialmente, nesta seção encontra-se subdivida em três etapas. Inicialmente foi realizada a apresentação e caracterização do município de Catolé do Rocha/PB, em seguida serão apresentados o mapeamento das ações e contribuições do campus IV no município em termos de recursos aplicados,

formação de recursos humanos, ações de ensino, pesquisa e extensão. Por fim, a análise da etapa das entrevistas com lideranças políticas e acadêmicas da UEPB.

6.1 Aspectos gerais do município de Catolé do Rocha/PB

O município de Catolé do Rocha encontra-se localizado no sertão paraibano e integrante da região do semiárido nordestino, distante 427 km da capital João Pessoa e conforme Divisão Regional do Brasil realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2017¹⁰, pertencente à Região Geográfica Intermediária de Sousa - Cajazeiras e Região Geográfica Imediata de Catolé do Rocha – São Bento, na qual é composta pelos municípios de Catolé do Rocha, São Bento, Bom Sucesso, Brejo dos Santos, Jericó, Mato Grosso, Riacho dos Cavalos, Brejo do Cruz, Belém do Brejo do Cruz e São José do Brejo do Cruz.

Segundo dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE, a população do município de Catolé do Rocha é de 28.759 habitantes, com uma densidade demográfica de 52,09 hab./m². A sua população estimada em 2018 é de 30.343 habitantes, o que configura uma previsão de aumento de 5,5% em sua população.

Quanto à classificação da Região de Influência das Cidades (REGIC) publicada pelo IBGE em 2007, a cidade de Catolé do Rocha dentro de uma hierarquia dos centros urbanos encontra-se como sendo Centro de Zona A. Nessa classificação dos centros urbanos, as cidades estão divididas em cinco grandes níveis, por sua vez subdivididos em dois ou três subníveis, a saber: metrópoles (grande metrópole nacional, metrópole nacional e metrópole); Capital Regional (Capital Regional A, B e C); Centro sub-regional (Centro sub-regional A e B); Centro de zona (Centro de zona A e B) e, por último, o Centro local, cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do próprio município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes.

Na Paraíba, a classificação correspondente ao 'Centro de zona A' inclui os municípios de Catolé do Rocha, Itabaiana, Mamanguape, Monteiro e Pombal. O Brasil concentra 192 cidades nesta condição, que tem como características gerais medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos.

A composição da população residente na região imediata de Catolé do Rocha, realizada pelo último censo demográfico (2010), revelando que sua população é majoritariamente localizada na zona urbana, com 74,14% (21.323) da sua população total (28.579).

Realizando um comparativo geral dessa Região Geográfica, do total da população dos 10 municípios, 71,01% encontra-se situadas nas zonas urbanas, em contrapartida dos 28,98% nas zonas rurais. Apesar da diminuição da população residente na zona rural, a região geográfica de Catolé do Rocha encontra-se, em termos percentuais, com uma média maior do que para o Estado da Paraíba, na qual detém 24,63% da sua população na zona rural.

¹⁰ A Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões (1989) foi substituída pelas Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas (2017). A necessidade de atualização desse novo recorte regional vem ao encontro do expressivo aumento na diferenciação interna do território brasileiro, como resultado das transformações econômicas, demográficas, políticas e ambientais ocorridas ao longo das últimas décadas (IBGE, 2017).

Nesse sentido, é salutar um olhar especial nessa configuração rural que ainda permanece na região. A vocação institucional do campus IV da UEPB pode estar relacionada com essa dinâmica, uma vez que mantém um curso técnico em agropecuária. Segundo consta nos dados institucionais, o curso busca a melhoria do nível tecnológico praticado na exploração agropecuária regional, maior produtividade e consequentemente melhoria do nível de qualidade de vida da população (UEPB, 2019), como também com o curso em nível superior de Ciências Agrárias/Agronomia, que nas atividades de pesquisa e extensão visam contribuir para melhoria da agricultura familiar.

6.2 Dados institucionais da UEPB e setoriais do campus IV em Catolé do Rocha/PB

Os dados setoriais evidenciam que a presença do campus IV/CCHA da UEPB no município de Catolé do Rocha/PB injetou, no ano de 2019, um montante de recursos de R\$ 11.760.908,36 (PROPAN/UEPB, 2019). Esses recursos, de certa medida, podem impactar de forma direta e indireta em toda a cadeia de produtos e serviços no município e em sua região de influência, contribuindo para seu dinamismo econômico.

A Tabela 4 apresenta as despesas totais dos oito campi da Universidade Estadual da Paraíba em 2019. O Campus IV/CCHA no município de Catolé do Rocha apresenta-se com a quinta maior despesa, com percentual de 4,06% do total das despesas da UEPB. As despesas totais são compostas pelos gastos com folha de pagamento, água, energia elétrica, telefone, combustível, vigilância, manutenção de veículos, material de consumo, serviços gerais, aquisição de passagens, material permanente e bolsas concedidas aos discentes (PROPLAN/UEPB, 2019). Vale ressaltar, que a folha com pessoal corresponde a maior despesa setorial do Campus IV, totalizando o valor de R\$ 9.358.989,67.

Tabela 4 - Despesas totais por Campus da UEPB em 2018.

CAMPUS UEPB	DESPESAS (R\$)	%
<i>Campus I (Campina Grande)</i>	201.532.073,28	69,59
<i>Campus II (Lagoa Seca)</i>	8.912.777,51	3,08
<i>Campus III (Guarabira)</i>	21.202.501,29	7,32
<i>Campus IV (Catolé do Rocha)</i>	11.760.908,36	4,06
<i>Campus V (João Pessoa)</i>	17.588.841,13	6,07
<i>Campus VI (Monteiro)</i>	7.869.256,15	2,72
<i>Campus VII (Patos)</i>	9.095.422,53	3,14
<i>Campus VIII (Araruna)</i>	11.648.593,93	4,02
TOTAL	289.610.374,18	100

Fonte: Dados da PROPLAN/UEPB (2019) elaborado pelo autor.

O corpo docente, no ano de 2019, era composto por um total de 45 docentes com lotação nos Departamentos de Letras e Humanidades, com 21 docentes, e o Departamento de Agrárias e Exatas com 24 docentes. Ressalta-se que a maioria dos docentes é integrante do quadro efetivo da UEPB (34 docentes), Tabela 9. A carreira docente na UEPB é fundamentada pela Lei nº 8.441, de 28 de dezembro de 2007. É apropriado frisar que a remuneração percebida por esta categoria é estabelecida a partir das titulações de cada docente (enquadramento de acordo

com classe e nível), devendo ser acrescido, ainda, o auxílio-alimentação, auxílio saúde, além de outras vantagens e incentivos que porventura possa gozar os docentes em cada cargo ou função.

No caso específico do Campus IV, no ano de 2019, a remuneração base docente variava da classe de professor graduado especialista T40, nível D, com remuneração inicial de R\$ 3.627,97 até ao de professor doutor associado em dedicação exclusiva, nível B, com remuneração de R\$ 10.886,40, contudo, não incluindo outras vantagens e incentivos que porventura possa gozar os docentes em cada cargo ou função.

O quadro Técnico Administrativo do Campus IV é composto por um total de 35 servidores, lotados nos Departamentos de Letras e Humanidades e no Departamento de Agrárias e Exatas. Do total do quadro de servidores, a maioria é composta por servidores efetivos, sendo 29 efetivos e 6 prestadores de serviços.

A carreira dos servidores Técnico-Administrativo da UEPB é fundamentada pela Lei 8.442, de 28 de dezembro de 2007 e estão subdivididos nas classes A (nível fundamental), com níveis de I ao V; classe B (nível médio), com níveis de I ao III; e Classe C (nível superior) de nível único. O regime de trabalho desses servidores pode variar de uma carga horária de 20 horas semanais (T20), 30 horas (T30) e 40 horas semanais (T40). Ressalta-se, que 94% dos servidores técnicos estão enquadrados com carga horária semanal de 40 horas.

A remuneração dos servidores técnico-administrativos pode variar de R\$ 466,67 (Classe A, com regime de trabalho T-20) ao valor de R\$ 4.246,09 (Classe C, com regime de trabalho T-40), não incluindo outras vantagens e incentivos que porventura possa gozar os servidores em cada cargo, função ou decorrente de tempo de serviço.

As despesas com pessoal terceirizado do Campus IV firmados por meio de contratos de prestação de serviço entre as empresas Criart e a Força Alerta Segurança e Vigilância. O quantitativo geral de terceirizados no ano de 2019 foi de 27 funcionários que exercem diferentes funções (Servente de Limpeza, Trabalhador agropecuário, eletricista, pedreiro e segurança armada) no Campus IV no município de Catolé do Rocha/PB e que totalizam um gasto mensal de R\$ 85.122,02.

Informações educacionais do Campus IV são apresentadas nas Tabelas 5 e 6, considerando o quantitativo de matrículas e titulações nos cursos de graduação em Letras e Ciências Agrárias, como também no curso de nível técnico em Agropecuária, no interstício de 2010 a 2018. Vale ressaltar, em 2019, começou a funcionar o curso de Bacharelado em Agronomia em substituição ao curso de Ciências Agrárias, tendo como objetivo ampliar o mercado de trabalho dos seus egressos (CAVALCANTI, 2019).

As matrículas na graduação no período analisado corresponderam a uma média de 380 matrículas por ano, tendo seu maior quantitativo ocorrido em 2012 com 444 matrículas. Quanto ao número de titulados, a média anual (m/a) entre 2010 a 2018 foi de 56,89 titulados por ano, com destaque para o ano de 2014 com 81 titulações. As informações educacionais em nível técnico evidenciam que o quantitativo de matrículas e titulações correspondeu a uma média anual de 197 e 41, respectivamente.

Constata-se, que a evasão escolar no ensino superior é um aspecto que merece atenção no CCHA/Campus IV, frente ao baixo quantitativo de discentes titulados em sua capacidade instalada. Essa realidade é comum em diversas instituições, conforme é apresentado na literatura geral sobre o tema, o que pressupõe que não é restrita a localidade investigada. Dentre outros fatores, as causas da evasão podem advir do ambiente interno e externo das instituições, ou, também, estar relacionadas a questões pessoais do acadêmico (DAVOK; PONTES, 2016). Não sendo objeto da presente pesquisa, fica como sugestão o estudo da evasão dos cursos de graduação da UEPB em pesquisas futuras.

Tabela 5 - Quantitativo de matrículas em nível de graduação no campus IV da UEPB, entre 2010 e 2018.

Período	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total	m/a
Matriculados	329	381	444	418	413	357	386	381	312	3.421	380,1
Titulados	53	58	51	69	81	66	49	73	12	512	56,8

Fonte: Dados da PROPLAN/UEPB (2019) elaborado pelo autor.

Tabela 6 - Quantitativo de matrículas em nível técnico no campus IV da UEPB, entre 2010 e 2018.

Período	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total	m/a
Matriculados	194	223	195	195	123	267	194	225	165	1.781	197,8
Titulados	39	52	60	47	53	53	32	33	0	369	41,0

Fonte: Dados da PROPLAN/UEPB (2019) elaborado pelo autor.

Sob o ponto de vista das atividades de pesquisa desenvolvidas pelos cursos de licenciatura em Ciências Agrárias (atualmente Agronomia) e Letras no Campus IV em Catolé do Rocha, que ocorre por meio das ações anuais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da UEPB/CNPq e do Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntária (PIVIC). Para a cota 2019/2020, o Campus IV aprovou um total de 30 projetos (PIBIC e PIVIC) destinados aos dois cursos de graduação e 02 projetos destinados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM).

Após a seleção dos projetos individuais via edital de seleção, os discentes vinculados às propostas recebem uma bolsa mensal no valor de R\$ 400,00 (PIBIC) e R\$ 100,00 (PIBIC-EM), além do recebimento de uma taxa de bancada no valor de R\$ 400,00 por pesquisador, com objetivo de auxiliar no desenvolvimento e na manutenção de cada pesquisa.

Ao analisar as pesquisas PIBIC e PIVIC desenvolvidas no Campus IV (Cota 2019/2020), observou-se que as mesmas envolvem diferentes culturas, a exemplo do mamão, maracujá, abacaxi, batata doce, palma forrageira, além de estudos no desenvolvimento de fertilizantes, produção de mudas, silagem, irrigação, criação de ovinos, dentre outras características na produção agrícola, adaptáveis ao semiárido paraibano. Isso mostra uma diversidade nas temáticas de estudo na grande área das Ciências Agrárias, com intuito de obter melhores resultados para a agricultura local, como também traz ao debate assuntos relacionados às questões sociais, como o acesso a água e programas sociais na área das Ciências Humanas e o estudo de obras literárias na área da Linguística, Letras e Artes.

Quanto às ações voltadas à extensão universitária, por meio do Programa de Concessão de Bolsas de Extensão (PROBEX), foi aprovado no Campus IV da UEPB um total de 43 projetos via edital de seleção para o interstício de 2019/2020. Os discentes vinculados às propostas recebem uma bolsa mensal no valor de R\$ 253,00 com objetivo de auxiliar o desenvolvimento e a manutenção das atividades de extensão. Observa-se, que a periodicidade de submissão dos projetos via edital ocorre anualmente.

Os projetos aprovados no Campus IV (2019/2020) encontram-se subdivididos nas áreas da educação, cultura, comunicação, saúde, tecnologia e produção e meio ambiente, em uma dimensão que abrange o município de Catolé do Rocha e região. Entre outras finalidades, o programa visa estimular ações integradas entre o corpo docente, discente e técnico administrativo com outros setores da sociedade, nas atividades de extensão da UEPB, na perspectiva de atender às demandas da comunidade criando condições para o seu desenvolvimento e empoderamento; incentivar as atividades extensionistas, a fim de se conhecer a realidade local, regional e nacional, com a produção de conhecimento contextualizado na qual, além de criar canais de participação que permitam à universidade cumprir a sua função social de agente de transformação com vistas à melhoria da qualidade de vida das comunidades (UEPB, 2020).

Na pesquisa observou-se que as atividades de extensão abrangem outros municípios de seu entorno, tais como: Pombal, Riacho dos Cavalos, Brejo dos Santos, Boa Ventura, Paulista e comunidades rurais de Catolé do Rocha. Assim sendo, fica evidente a existência de uma articulação efetiva entre o Campus IV da UEPB e a sociedade de Catolé do Rocha, como também com municípios de sua região, tanto no que diz respeito às suas atividades pesquisa e extensão.

6.3 Análise das entrevistas

No levantamento dos dados primários, foram realizadas entrevistas com quatro lideranças acadêmicas da UEPB, que compreendem representantes da administração superior, liderança sindical e lideranças locais. Quanto às lideranças políticas, foram realizadas três entrevistas, com representação em nível municipal e estadual, em que se buscou obter a percepção geral dos sujeitos, a partir de um roteiro pré-estabelecido, ficando os entrevistados livres em suas abordagens. Nesta etapa, procurou-se destacar as tendências das falas, em uma abordagem que compreende dois eixos norteadores: relação interiorização universitária e desenvolvimento regional e a percepções dos efeitos locais da interiorização. Foram observadas as direções assumidas na interpretação das entrevistas, que são explanadas nesta seção e correlacionadas teórica e empiricamente.

6.3.1 Relação interiorização universitária e o desenvolvimento regional

No primeiro eixo norteador, do ponto de vista teórico, a noção de desenvolvimento abordada pelos entrevistados perpassa a dimensão econômica, política ou social. A relação entre a interiorização universitária e o desenvolvimento regional é relatada, em grande medida pelos entrevistados, como associada predominantemente à concepção econômica, ou seja, a dimensão do desenvolvimento econômico, o que pode ser observado em termos de

investimentos, chegada de indústrias, ampliação da área de serviços, geração de emprego e renda, novas oportunidades e o fortalecimento do município.

O que pode ser observado pela Liderança Acadêmica em Nível Institucional, na qual destaca que a implantação dos cursos de ensino superior na região do alto sertão da Paraíba favorece não só a cidade sede, mas em todo o contexto do seu entorno, e, complementa: *“isso aconteceu em Catolé do Rocha, como a gente pode testemunhar nos outros campis do interior que foram criados, Araruna, Monteiro, Patos”* (LAI). Ou seja, manifesta de forma irrefutável a relação positiva existente entre a implantação do campus universitário e o consequente desenvolvimento das regiões onde estão inseridos os campis universitários da UEPB.

As ações no âmbito da relação universidade e o desenvolvimento regional são relatados pela Liderança Acadêmica Sindical, onde evidencia um hall de novos investimentos que o município e região são beneficiados e que até então não existiam, a exemplo da *“expansão do comércio, a chegada de indústrias, atração de outras áreas de serviço”*, e ainda complementa que *“os recursos que foram direcionados para a manutenção daquele campus ganharam também repercussão”* (LAS).

Ainda no contexto do desenvolvimento econômico, a Liderança Acadêmica Local 2 complementa que a presença de uma universidade no interior contribui com a economia do município ou no seu direcionamento. Não se limitando e acreditando nos benefícios em longo prazo, acrescenta: *“acredito que os benefícios são inúmeros, quando do processo, do início do processo de interiorização, eu acredito da continuidade que isso deva ocorrer”* (LAL2).

A Liderança Acadêmica Sindical acrescenta:

Pontuando o tamanho da intervenção positiva no aspecto de desenvolvimento Regional a gente vai ter os investimentos, a expansão do comércio, a chegada de indústrias, atração de outras áreas de serviço que até então não existia na cidade e passaram a existir com esse fomento que a universidade passou a dar, e os recursos que foram direcionados para a manutenção daquele *campus*, ganhou, também, repercussão daqueles valores a ser investido no próprio *campus*, na própria cidade (LAS).

Ao analisar as respostas relativas a esta variável, podemos destacar que além da dinamização econômica, os entrevistados no contexto das alterações na dinâmica social decorrentes do processo de interiorização universitária, apontaram o crescimento acentuado na parte educacional com a ampliação das oportunidades de escolarização para os jovens do município e a integração de alunos de outras cidades e de outros estados, e o atendimento de estudantes de classes sociais mais pobres, elevando assim, a inclusão social em termos educacionais dos estudantes.

Segundo a entrevista com a Liderança Política Municipal 1, argumenta que esse movimento de expansão e interiorização decorreu de um movimento iniciado nacionalmente e que hoje reflete de forma positiva no desenvolvimento das cidades do interior, proporcionando um forte desenvolvimento educacional e acrescenta: *“Catolé realmente foi agraciado com isso (...), como na área estadual houve um interesse muito forte em expandir essas universidades, com isso as*

idades é que foram beneficiadas, sem dúvidas, tiveram um crescimento muito acentuado na parte educacional” (LPM1).

A importância da interiorização do ensino superior público é ressaltada pela Liderança Política Municipal e Estadual, *“O ensino público, não deve ser concentrado, o ensino público deve ir para onde tem o aluno [...]. Até porque faz com que as pessoas de certo lugar não precisem se deslocar”*. Nesse contexto, o entrevistado confirma que esse processo acaba por promover o desenvolvimento regional, na qual se corrobora no atendimento da classe mais pobre que não possui condições financeiras em se deslocar para os grandes centros.

O mesmo entendimento é apresentado na entrevista com a Liderança Acadêmica Local 1 na qual argumenta que *“ter que se deslocar pra estudar nas cidades como Campina e João Pessoa, demanda um custo muito, muito alto”* e resalta a importância da presença de outras instituições no sertão paraibano, a exemplo da Universidade Federal de Campina Grande no município de Pombal (sertão paraibano).

Em certa medida, observou-se uma dificuldade efetiva ao se falar de desenvolvimento regional em uma relação direta com a interiorização universitária, uma vez que, a fala de alguns dos respondentes ficou restrita em apresentar alterações pontuais ocorridas na localidade, carecendo de uma visão global desse processo. Mesmo diante dessas limitações houve uma tendência geral nos dois grupos de entrevistados em perceberem a expansão universitária como uma política capaz de colaborar diretamente com o desenvolvimento da região.

Foi exposto pelos entrevistados a problemática da inserção dos egressos do curso técnico em agropecuária e superior em Ciências Agrárias no mercado de trabalho local, o que evidencia que o processo de expansão universitária não tem garantido o efetivo incremento e a inserção de parte dos alunos no mercado de trabalho da região, devido, entre outros motivos, à inexistência de uma política agrícola. Quanto ao curso de graduação em Letras, os entrevistados relatam a inserção dos egressos no mercado de trabalho local e regional, muitos deles atuando de forma efetiva na docência após concurso público.

Eu tenho vários colegas e amigos que são formados em agrárias e não, continuaram, não decolaram, fizeram só adquirir o curso superior, não continuaram, pararam no tempo (LPM2).

Não tem uma política agrícola na região para que empregue esse pessoal. Muita gente que terminava o curso aí ficava dizendo *“termina o técnico aí vai cortar, vai ser funcionário de loja, vai cortar pano, vai fazer isso”* porque não tem emprego na região. [...] Assim, emprego o pessoal vai embora direto (LAL1).

[O curso de Letras] forma vários professores aqui na instituição, que inclusive, já trabalham aqui no município ou pela região, e vários já concursados. Então, eu acredito que toda essa estrutura, toda essa criação desse campus, ele tenha sido muito importante *pra* aqui, *pra* comunidade, *pra* sociedade, de uma forma geral (LAL2).

6.3.2 Percepções dos efeitos locais da interiorização universitária

No segundo eixo norteador, quanto à percepção das alterações na dinâmica social e cultural, as principais tendências dos entrevistados apontam para o fortalecimento do setor educacional no município; o avanço intelectual dos jovens estudantes devido, sobretudo, aos conhecimentos adquiridos durante o curso e a sua aplicabilidade na sociedade; como também considerando o papel social da presença da universidade, o que eleva as discussões quem envolve questões políticas gerais da sociedade; além da capacitação dos jovens no enfrentamento do mercado de trabalho.

O que pode ser observado pelos entrevistados:

Não tenho nenhuma dúvida, a parte educacional, a cultura, desenvolveu [...] E isso tem sido muito importante para a nossa cultura, aqui na nossa região, principalmente, na nossa cidade (LPM1).

[os cursos superiores] abrem mais a mente, abrem mais as possibilidades de discussões [...]. Quando a gente percebia, assim, o menino do ensino médio falando em pesquisa, falando em extensão, falando em... tá entendendo? [...] Eu acho mais o avanço intelectual de nossa cidade, econômica eu não acho muito não (LAL1).

A chegada dos novos cursos, falar especificamente aqui de Catolé do Rocha foi muito importante para o município, porque a gente percebe que a parte educacional, o setor educacional, ou, a área educacional, assim, como queira entender, ela é fundamental para o crescimento de um município, fundamental para a diversidade cultural, para o aumento intelectual, um implemento intelectual dos jovens e daquelas pessoas que residem no município e nas cidades circunvizinhas. Porque através da universidade, através dos estudos, através da educação, que as pessoas conseguem ter um maior entendimento das questões políticas, uma melhor capacitação para enfrentamento do mercado de trabalho (LAL2).

Vale ressaltar, que as alterações em aspectos culturais não foram abordadas pelos entrevistados de forma precisa, observando-se a ausência dessa dimensão nas diferentes falas. Ao confrontar com as informações obtidas na pesquisa secundária, verificaram-se ações de extensão desenvolvidas no campus IV, por meio do PROBEX, que envolvem atividades culturais como música, poesia, cinema na escola e programas musicais em rádio.

Quanto as ações do campus no atendimento de demandas sociais, a exemplo da assistência técnica prestada aos pequenos produtores e criadores do município de Catolé, decorrentes da sua vocação institucional. Essas ações foram relatadas como consequência das atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pelos alunos e professores nos cursos de técnico agrícola e superior em Ciências Agrárias.

Revelam, ainda, uma tendência das ações de pesquisa e extensão voltadas para a melhoria da convivência sustentável da população do sertão, objetivando uma melhor adaptação com as condições climáticas e ambientais característicos da região do semiárido nordestino. Ademais, notam-se iniciativas que buscam o

desenvolvimento de tecnologias que auxiliam no enfretamento dessas condições de vulnerabilidade (VILA, 2018). De acordo com os entrevistados:

Devido ser uma universidade da área rural, de atender aos pequenos produtores, a gente vê muita gente ser atendida, na questão de alimentação animal com palma forrageira. Os meninos [alunos no curso de Técnico Agrícola e da graduação em Ciências Agrárias], o pessoal daqui já trabalhou bastante a questão da palma, a questão da hidroponia, esses cursos que eles trazem para cá, para os agricultores, tem direto esse atendimento aos pequenos proprietários (LAL1).

O perfil dos cursos, tanto do curso Técnico em Agropecuária quanto de Agronomia, ele é um perfil extremamente voltado para a vocação da região, que a vocação da nossa região ela é agricultura, ela é a pecuária. [...] Essas questões vêm contribuir, os cursos contribuem tanto para a melhoria social, porque você prepara um técnico para a sociedade, você tem um engenheiro agrônomo que também é preparado para a sociedade, então essas questões são fundamentais para o crescimento do município (LAL2).

Bom, olhando direitinho isso soma o potencial regional, a pesquisa chegou com mais qualidade em Catolé, o ensino chegou com mais qualidade em Catolé, e a extensão chegou com mais qualidade em Catolé. De repente, Catolé começou a mostrar para aquelas pessoas da região experiências e pesquisas com solo, com irrigação, com tratamento de animais, com a criação de animais, a questão da fruticultura regional, a questão da água, muito sério na questão do sertão. Tudo isso foi blindado dentro do Cajueiro (Campus IV) com essas produções. No curso de Letras, também é um fortalecimento das licenciaturas daquela região (LAS).

Social não tem nem o que se conversar, desde os alunos, melhora a sociedade de Catolé [...]. Você acha que a universidade educando, aqueles alunos todos, em termos sociais é menor de que a água para Catolé do Rocha? Do que o asfalto para Catolé? Não tem nem comparação (LPME).

A fala dos entrevistados corrobora com os aspectos teóricos de Rolim e Serra (2009), na qual argumenta que o papel da universidade no desenvolvimento regional fica evidente, após estabelecer vínculos e compromissos voltados para a superação de questões ou problemáticas da região onde está inserida. Além disso, na fala dos entrevistados em nível institucional, observou-se esse papel desempenhado pelo campus, uma vez que buscou combinar suas funções de ensino, pesquisa e extensão tanto para a formação de pessoal qualificado a ser contratado pelo setor produtivo quanto para o atendimento às demandas locais (ALVAREZ et al., 2013).

Quanto às expectativas dos entrevistados ao relatar os efeitos econômicos após a implantação dos cursos superiores, podemos destacar que existiu uma associação recorrente em uma pluralidade de abordagens por parte dos entrevistados.

Destaca-se, o crescimento da demanda por moradia, o que chama atenção para uma possível especulação do setor imobiliário no município, evidenciando

uma possível vulnerabilidade tanto para a população local, quanto para os estudantes de baixa renda em decorrência de possível superinflação dos aluguéis.

O campus tem uma quantidade de estudantes até certo ponto acentuada, e isso, se esse povo está na nossa cidade, com certeza economicamente a cidade ganha com isso. Tem o investimento na parte imobiliária, de aluguel, dessas coisas todas, entendeu? Eu acho, sem dúvidas, houve um crescimento também nesse sentido (LPL1).

Muitos “kitnetzinhos”, “apartamentozinhos” foram, foram... Eu acho que se tiverem duzentos e poucos alunos aqui nos dois cursos, ou trezentos, eu acho que uns cem, cento e poucos vivem nesses apartamentos dando renda ao município [...] (LPL2).

O aumento na demanda por serviços diversos é apresentado pelos entrevistados como um aspecto influenciador na geração de renda para o município de Catolé do Rocha. Na visão da Liderança Acadêmica Institucional, o impacto ocorrido em decorrência da implantação do ensino superior é percebido com maior influência em cidades pequenas. Entretanto, um aspecto que merece atenção é que a presença da universidade em pequenas cidades não deve alimentar uma onda de especulação financeira momentânea, provocando um agravamento nas disparidades sociais já existentes na localidade.

Destacam-se, também, outras percepções dos entrevistados decorrentes da implantação dos cursos superiores no município, a exemplo da ampliação de seus serviços de alimentação, hotéis e pousadas, farmácias e agências bancárias, novos investimentos, além do incremento no comércio local.

Essas contribuições podem ser observadas nas falas dos entrevistados:

Quando a cidade é menor, o impacto é maior [...] Começam a chegar alunos de outras regiões, ou de outras cidades, esses alunos vão precisar morar, vão precisar se alimentar, vão precisar comprar no supermercado, nas lojas de roupas etc. Então, isso tem uma influência extremamente positiva na geração de recursos locais. [...] Mostra uma mobilidade econômica pelo menos no período em que o aluno esteja lá. Então assim, eu vejo como extremamente fundamental e reforça a ideia de que tenho, de que isso mexe com a economia local (LAI).

Na hora que se instalou o ensino superior de Agrárias e de Letras em Catolé, de repente começou a se cobrar pousadas, hotéis, restaurantes, bancos, agência, feira, comércio, farmácia, acesso ao Campus, a estrutura do campus, recurso que o campus começou a receber, convênios que o campus passou a ter com órgãos estaduais e federais naquela época [...]. Bom! Se a gente olhar nesse nível, a região precisou se fortalecer, e isso tem sido uma prática aonde chegou à expansão da universidade. Ela carrega o sonho do ensino para a juventude, mas, também, ela contribui de forma efetiva com o desenvolvimento econômico e social do estado e da região em sua totalidade [...] (LAS).

Com a criação do Campus muitas coisas melhoraram [...] a aplicação dessa renda [Investimento para criação e manutenção do campus] foi

muito importante para esse povo de Catolé do Rocha. Eu creio que ele vai, vai melhorar ainda (LPL2).

Ainda tem o aluguel, ainda tem a feira que faz, tem o supermercado, ainda tem o dinheiro que ele vai pra lá, até a despesazinha que ele tem no bar, também vale, [...] por uma razão muito simples, gera PIB [...]. (LPME).

Esse incremento na geração de recursos locais exposto pelos entrevistados pode ser corroborado ao analisar a evolução dos índices de crescimento do Produto Interno Bruto a preços correntes (PIB), que em saiu de 49,6 milhões em 2000 para 365,164 milhões em 2016, segundo o IBGE/Cidades (2019), além da elevação da arrecadação das receitas totais e tributárias do município, que cresceu de R\$ 7,6 milhões e 83,77 mil em 2000 para R\$ 46,94 milhões e 2,5 milhões em 2015, respectivamente, segundo os dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2019).

Quanto ao crescimento do quantitativo de empreendimentos criados no município, que segundo as estatísticas do simples nacional o município de Catolé do Rocha passou de 56 em 2010 para 699 em 2018. Vale ressaltar, que não é intuito da pesquisa confirmar uma relação de causa e efeito irrefutável, contudo, não se pode negligenciar a contribuição gerada com a presença de uma comunidade acadêmica anteriormente não existente no município de Catolé do Rocha. De acordo com os entrevistados:

Aqui, para se ter uma ideia, a comunidade acadêmica gira em torno de 650 a 700 pessoas, juntando professor, funcionários e estudantes dos vários tipos. Então, a gente tem uma, uma quantidade de bolsas de pesquisa, de extensão, de assistência estudantil, muito grande. A gente tem os salários dos professores, salário de funcionário, então acredito que isso aí movimenta economicamente [...]. A fixação de outros jovens que vem dos municípios, de outros estados, inclusive estudar aqui em Catolé (LAL2).

A questão econômica, a gente sabe que, por exemplo, na questão de professores e funcionários que tiveram que se estabelecer na cidade, isso influencia diretamente na renda econômica das cidades, muitos tiveram que vir morar aqui em Catolé e isso, veio com certeza a influenciar (LAL1).

Ainda é digno de observação, a mobilização de recursos na manutenção de toda infraestrutura do Campus IV e de seus recursos humanos, que, no total, corresponde a um investimento médio de 11 milhões de reais por ano (PROPLAN, 2019) e é retratado pelos entrevistados como impactante na economia e na geração de renda para o município.

Um aspecto retratado de forma isolada e superficial foi a contribuição na geração de emprego decorrente da implantação do ensino superior em Catolé do Rocha. Segundo aponta a Liderança Acadêmica Institucional a geração de empregos ocorre de maneira indireta decorrentes do rearranjo da realidade local, e fruto dessas alterações “começa a haver uma mobilização local no sentido de criar outros cursos”.

Ao confrontar com os dados secundários da pesquisa, o município de Catolé do Rocha se apresenta com crescimento na evolução no quantitativo de pessoal ocupado entre os anos de 2006 a 2017 (IBGE, 2019). Apesar disso, é refletido como deficiência na área específica de emprego e renda segundo o índice de desenvolvimento municipal da FIRJAN.

Não obstante, a mensuração do quantitativo de empregos gerados, seja via vagas disponibilizadas por meio de concurso público (docentes e técnicos), como também as vagas oferecidas pelas empresas terceirizadas, que cuidam da conservação e da segurança do campus, transporte e da logística, também contribuem na geração de empregos diretos e indiretos. De maneira geral, parte dos entrevistados argumentou que a maioria dessa mão de obra, que totaliza 107 funcionários diretos (PROPLAN, 2019), permanece sediada em Catolé do Rocha, ou seja, reside no município.

Nota-se uma tendência geral dos entrevistados em vislumbrar as contribuições positivas da interiorização universitária para o desenvolvimento do município de Catolé do Rocha, em que a universidade aparece como fator que pode colaborar na melhoria da dinâmica urbana. Ao mesmo modo, encara algumas deficiências nesse processo, como a inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho local, principalmente, no curso em Ciências Agrárias, o que incentiva a migração para outras regiões do país. Também é exposto pelos entrevistados a necessidade de ampliação da oferta de novos cursos como forma de fortalecimento institucional, em que se demanda a implantação dos cursos de Biologia, Zootecnia e Direito.

A comunidade interna da universidade, formado pelo grupo das lideranças acadêmicas, tendem a afirmar o potencial da ação universitária, da educação, da informação, da eventual socialização de novas tecnologias para a convivência com o semiárido, com a finalidade de melhorar as condições de vida através do conhecimento ampliado. Ações que evidenciam uma contribuição efetiva da universidade em relação ao desenvolvimento regional, sem esquecer os desafios a serem enfrentados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo analisar as transformações socioeconômicas e culturais no município após a criação do campus IV, na visão de lideranças políticas municipais e acadêmicas da UEPB, além de investigar as ações e as contribuições do campus IV no município em termos de recursos aplicados, formação de recursos humanos, ações de ensino, pesquisa e extensão.

O processo de expansão e de interiorização da UEPB é recente e foi fruto da sua autonomia financeira, ocorrida em 2004, em um cenário em que a ação política partidária atuou de forma decisiva, em um contexto de intensas lutas da comunidade acadêmica e da sociedade civil, que a duras penas conseguiu se expandir para praticamente todas as regiões da Paraíba.

Em uma região do semiárido nordestino, a exemplo do Sertão da Paraíba em que é comum encontrar, de maneira geral, uma reprimida demanda histórica por ensino superior, em um contexto de baixos índices de escolaridade, desigualdade social e baixo dinamismo econômico, a UEPB em Catolé do Rocha é percebida como um instrumento que ofereceu novos direcionamentos ao município e a sua

região. Seja pela qualificação de jovens estudantes ou pelo seu engajamento com a comunidade local.

Nesse diagnóstico, considera-se que a interiorização universitária da UEPB em Catolé do Rocha atuou em termos sociais e culturais como promotora do fortalecimento do setor educacional no município e a conseqüente elevação do pensamento crítico e científico dos seus jovens. Como também, no atendimento de demandas da agricultura familiar, com ações direcionadas ao atendimento dos pequenos agricultores e pecuaristas do município por meio da assistência técnica e cursos de extensão realizados. Além do fortalecimento da educação básica por meio dos egressos do curso de licenciatura em Letras.

A interiorização universitária com o campus IV da UEPB é identificada como imperativo ao desenvolvimento regional. Na concepção econômica, observou-se a chegada de novos investimentos e a ampliação da área de serviços em Catolé do Rocha (alimentação, hospedagem, farmácias, instituições públicas, infraestrutura), além do incremento no comércio local. Constituindo-se, dessa forma, como importante ente fomentador de transformações regionais decorrentes das suas ações institucionais, em um ambiente de crescimento social, cultural e econômico vivenciado pelo município no período analisado.

Na relação entre a universidade e desenvolvimento regional, a pesquisa não buscou generalizar a presença da UEPB a um conseqüente processo de desenvolvimento inquestionável no município, apesar disso identificou que a sua presença possibilitou a construção de novos cenários, contribuiu para a modificação de contextos sociais e econômicos em uma região até então desprovida de educação superior.

Algumas deficiências foram constatadas nesse processo, como a dificuldade na inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho em nível local e regional, principalmente, no curso superior em Ciências Agrárias, o que em certa medida incentivou a migração dos seus egressos para outras regiões do país. Quanto ao curso de Letras, existe uma maior inserção dos seus egressos no mercado de trabalho local e regional. Também, foi constatada a necessidade de ampliação da oferta de novos cursos como forma de fortalecimento institucional.

O cenário atual de indefinição da sua dotação orçamentária em nível institucional coloca em evidência a problemática da manutenção e do fortalecimento dos campi da UEPB espalhados em praticamente todas as regiões da Paraíba, a exemplo do campus IV em Catolé do Rocha, no Sertão da Paraíba. É salutar advertir, que a discussão da importância da Universidade Estadual da Paraíba precisa ser aprofundada, ampliando o diálogo entre a comunidade acadêmica, dirigentes titulares da universidade, executivo estadual e até mesmo ministérios e órgãos federais.

Neste sentido, a pesquisa visou subsidiar e contribuir no planejamento e avaliação do processo de expansão e interiorização do ensino superior no estado da Paraíba por intermédio das ações da UEPB. Em pesquisas futuras sugere-se a realização do mapeamento dos egressos do campus IV, com o objetivo de investigar a sua inserção local e regional.

University and regional development: analysis of the contributions of campus IV of the State University of Paraíba in the municipality of Catolé do Rocha/PB

ABSTRACT

With the process of expansion and interiorization of the State University of Paraíba, in 2004 Campus IV is implemented in the municipality of Catolé do Rocha-PB, in the hinterland of Paraíba, which presupposes changes in the urban dynamics of this location. This article sought to study the socioeconomic and cultural aspects of the contributions of Campus IV of the State University of Paraíba in the municipality of Catolé do Rocha/PB. The methodological proposal involved the collection of quantitative data and field research with political leaders of the municipality and academics from UEPB (qualitative), through semi-structured interviews, having as variables and guiding axes: relationship between university interiorization and regional development and perception of the local effects of university interiorization. The study revealed that campus IV has contributed, since its creation, to important social and cultural transformations, resulting from its institutional actions (teaching, research, extension), in addition to boosting the economy with resources for payment of salaries and maintenance of the campus.

KEYWORDS: State Universities, University Interiorization, Regional Development, Sertão Paraibano.

REFERÊNCIAS

- ALBINO, L. Ensino superior e desenvolvimento regional: o exemplo da Universidade Estadual da Paraíba. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, v. 5, n. 2, p. 5-24, maio 2018.
- ANDRADE, M. E. Universidades estaduais no contexto da expansão do ensino superior. *Anais do Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação*, 25. ed. São Paulo. Trabalho completo. São Paulo, Anpae, p. 1-13, 2011.
- ARAUJO, T. B. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz; AGUIAR, Rodrigo Almeida de; LASTRES, Helena Maria Martins, SILVA, Marcelo Machado da. *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste*. Rio de Janeiro: BNDES, 2014, p. 540- 560.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013. Rio de Janeiro: PNUD, IPEA. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/catole-do-rocha_pb. Acesso em: 31 fev. 2019.
- BOVO, J. M. *Universidade e comunidade: avaliação dos impactos econômicos e da prestação de serviços*. São Paulo: Editora da UNESP, 105p., 1999.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da educação superior 2019: resumo técnico*. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 15 mai. 2019.
- BRASIL. Ministério da Economia. *Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público*. Disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf. Acesso em: 14 jun. 2019.
- CARDOSO, M. L. *Ideologia do Desenvolvimento*. Brasil: JK-JQ. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARVALHO, J. O. *Desenvolvimento Regional: um problema político*. 2. ed. Campina Grande: EDUEPB, 340 p., 2014.
- CAVALCANTI, G. Semiárido é tema de aula magna do Curso de Agronomia e da Especialização em Sistemas Produtivos do CCHA. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 8 ago. 2019. Disponível em: <http://proreitorias.uepb.edu.br/prograd/semiarido-e-tema-de-aula-magna-do-curso-de-agronomia-e-da-especializacao-em-sistemas-produtivos-do-ccha/>. Acesso em: 04 set. 2019.

CUNHA, L. A. Qual universidade? São Paulo: Cortez - autores associados, 1989.

DAVOK, D. F.; PONTES, R. P. Avaliação do índice de evasão nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. *Avaliação*, v. 21, n. 2, p. 503-521, jul. 2016.

DIAS SOBRINHO, J. Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado. Rio Grande do Sul. Ed. Casa do Psicólogo. 2006.

DINIZ, C. C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 227-249, set. 2009.

DINIZ, C. C.; VIEIRA, D. J. Ensino superior e desigualdades regionais: notas sobre a experiência recente do Brasil. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 36, n. 129, p. 99-115, 2015.

ENRÍQUEZ, M. A. Trajetórias do Desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FIRJAN. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em: 11 abr. 2019.

FONSECA, W. L. et al. Causas e consequências do êxodo rural no Nordeste brasileiro. *Nucleus*, v. 12, n. 1, p. 233-240, abr. 2015.

HOLANDA, V. C. C. A expressão regional das universidades públicas nas cidades médias de Sobral-CE e Parnaíba-PI. *Sociedade e Território*, v. 30, n. 1, p. 94-112, ago. 2018.

IBGE. Banco de dados. Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 15 mai. 2019.

IBGE. Demografia das empresas: 2015. Coordenação de Metodologia das Estatísticas de Empresas, Cadastros e Classificações. Rio de Janeiro, 91 p., 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101151.pdf>. Acesso em 07 ago. 2019.

IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em 15 de jul. 2019.

IBGE. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro, 2017.

INEP, Censo da educação superior: 2019 – Resumo técnico. Ministério da Educação. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.enem.inep.gov.br/>. Acesso em: 14 out. 2019.

IPEA. Índice de Gini. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio. 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 14 jul. 2019.

LOPES, R. P. M. Universidade pública e desenvolvimento local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 217 p., 2003.

MELO, L. G. Da Universidade Regional à Estadual da Paraíba 1966-2003. 2. ed. Campina Grande, 2003.

OLIVEIRA, C. E. C. Dimensão regional da universidade pública: estratégias de expansão do ensino de graduação na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). 2014, 325p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano), Universidade Salvador (UNIFACS), Salvador, 2014.

PARAÍBA. Lei nº 7.643 de 06 de agosto de 2004. Dispõe sobre a autonomia da Universidade Estadual da Paraíba e dá outras providências. João Pessoa: Palácio do Governo do Estado da Paraíba, 2004.

PARAÍBA. Lei nº 8.441, de 28 de dezembro de 2007. Institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Pessoal Docente da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, e dá outras providências. João Pessoa: Assembleia Legislativa, n. 13.698, 2007.

PARAÍBA. Lei nº 8.442, de 28 de dezembro de 2007. Institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Pessoal Técnico-Administrativo da Universidade Estadual da Paraíba, e dá outras providências. João Pessoa: Assembleia Legislativa, n. 13.698, 2007.

PORFÍRIO, W. Anos de Luta: da intervenção do DCE da URNE à estadualização da universidade – 1981 a 1987. Campina Grande: EDUEPB, 2008.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. A. Ensino superior e desenvolvimento regional: avaliação do impacto econômico de longo-prazo. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, Juiz de Fora, v.3, n.1, 2009.

ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. A. Universidade e desenvolvimento regional: o apoio das instituições de ensino superior ao desenvolvimento regional. Curitiba: Juruá, 470 p., 2009.

ROLIM, C.; KURESKI, R. Impacto econômico de curto prazo das universidades estaduais paranaenses - 2004. Revista Paranaense de Desenvolvimento, n. 112, jun. 2007.

SAMPAIO, H. M. S. Evolução do ensino superior no Brasil: 1808-1990. Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior. Universidade de São Paulo, 1991.

SAMPAIO, H.; BALBACHESKY, E.; PEÑALOZA, V. Universidades Estaduais no Brasil: características institucionais. São Paulo: NUPES/USP, 1998.

SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A. G. F. Política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica da implantação da Universidade Federal de Campina Grande em Sumé - PB. 132p. Dissertação (Desenvolvimento Regional), Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.

SILVA, I P. UEPB: uma universidade emergente – retalhos de uma história de 30 anos. Campina Grande: Secretaria de Educação e Cultura, 144p., 1996.

UEPB, Dados Institucionais de 2019. Disponível em: <http://transparencia.uepb.edu.br/institucional/relatorio-de-atividades/>. Acesso em: 28 abr. 2019.

UEPB. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2022. Disponível em: <http://proreitorias.uepb.edu.br/proplan>. Acesso em: 14 abr. 2019.

UEPB. Portal da transparência. Disponível em: <http://transparencia.uepb.edu.br/>. Acesso em: 15 ago. 2019.

UEPB. Conselho Universitário. Resolução nº 20 de 19 de agosto de 2003. Dispõe sobre a criação do curso de bacharelado e licenciatura em Ciências Agrárias do Centro de Ciências Humanas e Agrárias do Campus IV, em Catolé do Rocha/PB. Campina Grande: Conselho Universitário, 2003.

UEPB. Conselho Universitário. Resolução nº 21 de 19 de agosto de 2003. Dispõe sobre a criação do curso de Licenciatura em Letras do Centro de Ciências Humanas e Agrárias do Campus IV, em Catolé do Rocha/PB. Campina Grande: Conselho Universitário, 2003.

Recebido: 21 jun. 2022.

Aprovado: 24 jul. 2022.

DOI: 10.3895/rbpd.v11n3 esp.15065

Como citar: FORTE, D. C. S.; BARBOSA, J. L. A. Universidade e desenvolvimento regional: análise das contribuições do campus IV da Universidade Estadual da Paraíba no município de Catolé do Rocha/PB.

R. bras. Planej. Desenv. Curitiba, v. 11, n. 03, p. 707-740, set./dez. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Danilo Cavalcante de Sousa Forte

R. Baraúnas, 351 - Universitário, Campina Grande - PB

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

